

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1515194 - SP (2019/0157883-4)**

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**AGRAVANTE** : CONDOMINIO EDIFICIO INHAMBU II  
**ADVOGADOS** : JOÃO BATISTA LISBOA NETO - SP080223  
JOÃO RAFAEL FRANCO LISBOA - SP373862  
**AGRAVADO** : CONDOMINIO EDIFICIO INHAMBU  
**ADVOGADO** : LINO EDUARDO ARAUJO PINTO E OUTRO(S) -  
SP080598

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRESENÇA DOS REQUISITOS CARACTERIZADORES DA *SUPRESSIO*. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ÓBICE QUE TAMBÉM INVIABILIZA A ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A desconstituição do *decisum* estadual, para entender que não estaria configurada a *supressio*, é medida desautorizada nessa via, por demandar o revolvimento do acervo fático-probatório, obstado pelo enunciado sumular n. 7/STJ.
2. A aplicação do verbete n. 7 da Súmula do STJ obsta não apenas o conhecimento do recurso pela alínea *a*, mas também pela alínea *c* do permissivo constitucional.
3. Ainda que tenham sido opostos embargos declaratórios, é certo que não houve o prequestionamento do tema relativo aos honorários sucumbenciais, requisito indispensável ao conhecimento da insurgência, razão pela qual a parte, entendendo pela indispensabilidade do pronunciamento estadual sobre a referida questão jurídica, deveria ter suscitado a violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, ônus do qual não se desincumbiu. Incidência do enunciado sumular n. 211 do STJ.
4. Agravo interno desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator